

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO E INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO E INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
RESUMO
A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO ARMAZENAMENTO DE IMAGENS
AULA 2 INTRODUÇÃO SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS OPERAÇÕES COM DRONES CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO
AULA 3 INTRODUÇÃO CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS A INTERNET DAS COISAS (IOT) APLICANDO SOLUÇÕES
AULA 4 INTRODUÇÃO FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICATIVOS MÓVEIS PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA
AULA 5 INTRODUÇÃO FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS DEEP LEARNING APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA

ESTUDO DE CASOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO

RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS

PLATAFORMAS DE GESTÃO

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA:

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O termo cibernética é conceituado como ramo da matemática que lida com problemas de controle, além da recursão de informações. Trata-se, ainda, da ciência da organização eficaz. Por essa razão, passa a ter grande significado para a globalização; fazendo com que surja, ainda, a denominada “sociedade do conhecimento” – também conhecida como nova economia ou, ainda, sociedade da informação. Seja como for, é inegável que presenciamos uma era de economia global e informacional. No atual modelo, a informação é tida como riqueza, poder e motor para o desenvolvimento e o bem-estar social. Dessa forma, a aldeia global de informação é caracterizada pela criação de diversos meios e ferramentas de comunicação, com o objetivo de aprimorar o padrão de vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMPREENDENDO A CIBERNÉTICA

O CIBERCRIME

EVOLUÇÃO DAS NOÇÕES DE CIBERCRIME

SURGIMENTO DOS DELITOS INFORMÁTICOS NO BRASIL

DADOS SOBRE O CIBERCRIME NO BRASIL

AULA 2

CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME ORGANIZADO

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE

CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA

CARACTERÍSTICAS

AULA 3

O CONCEITO LEGAL DE CRIME ORGANIZADO

A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COMO CRIME AUTÔNOMO

CAUSAS DE AUMENTO DE PENA E PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL

CRIMES COMETIDOS NA INVESTIGAÇÃO E OBTENÇÃO DE PROVA

AULA 4

A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POR MEIO VIRTUAL
RELAÇÃO ENTRE INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
A PROBLEMÁTICA NA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR BRASILEIRA NO ÂMBITO DOS CIBERCRIMES
PROVAS E MEDIDAS CAUTELARES NOS CIBERCRIMES
POSSÍVEIS SOLUÇÕES

AULA 5

INTRODUÇÃO

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

PRIMEIRO DOS MEIOS PROVA: COLABORAÇÃO PREMIADA

SEGUNDO MEIO DE PROVA: O AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS

FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS

TERCEIRO MEIO DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO

CYBERTERRORISMO

A SOCIEDADE CIBERNÉTICA

OS TERRORISTAS CIBERNÉTICOS

20 ANOS DE CRIMES E INTERNET NO MUNDO (1997-2017): OS FATOS MARCANTES

BIBLIOGRAFIAS

- ANTONELLI, H. L.; DE ALMEIDA, E. G. A internet e o direito: uma abordagem sobre ciber Crimes. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_internet_e_o_direito_uma_abordagem_sobre_ciber Crimes.pdf. Acesso em: 31 jan. 2019.
- COELHO, M. I. Charles Babbage: o pioneiro dos computadores. Disponível em: <https://pplware.sapo.pt/informacao/opiniao/charles-babbage-pioneirocomputadore s/>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- D'URSO, L. A. F. Ciber Crimes: perigo na internet. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/16,mi246585,101048-ciber Crime+perigo+na+internet>. Acesso em: 31 jan. 2019.

DISCIPLINA:

POLÍCIA COMUNITÁRIA

RESUMO

Esta disciplina abordará o estudo sobre o histórico da concepção de polícia comunitária nos países em que esta promoveu maior impacto nas políticas públicas de segurança e defesa social, e serão apresentados e discutidos os principais projetos desenvolvidos no Brasil na área. No que se refere à gestão integrada, serão realizados debates sobre a conexão dos pressupostos dos conceitos de polícia comunitária, com as práticas de planejamento organizacionais destinadas às comunidades que recebem as atividades de segurança pública e defesa social. Quanto às habilidades e competências previstas, o estudante será estimulado a identificar a diferença nas práticas das diferentes perspectivas de policiamento e integração das noções de gestão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA
OS POLICIAIS
CONCEITO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA
INTERPRETAÇÕES ERRÔNEAS SOBRE A POLÍCIA COMUNITÁRIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA POLÍCIA COMUNITÁRIA (SENASP, 2008)
GRUPOS PARA A IMPLANTAÇÃO (SENASP, 2008)
O TRABALHO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA
A POLÍCIA E A MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO
O BAIRRO, UNIDADE URBANA (SENASP 2013)
DIRETRIZES PARA A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE (SENASP 2008)
A INTEGRAÇÃO COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA COMUNIDADE
VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONDUTA ÉTICA E LEGAL NA APLICAÇÃO DA LEI
CONDUTA ÉTICA E LEGAL NA APLICAÇÃO DA LEI
CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS ENCARGADOS DA APLICAÇÃO DA LEI
PRINCÍPIOS BÁSICOS SOBRE O USO DA FORÇA E DE ARMAS DE FOGO

AULA 5

INTRODUÇÃO
JAPÃO
A POLÍCIA DE PROXIMIDADE NA EUROPA
A POLÍCIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL
EL SALVADOR

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA
FINALIDADES DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA
DIFICULDADES
SITUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA DOS ESTADOS
BRASILEIROS EM 2006

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 ago. 2019.

- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Dúvidas frequentes. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/portal/aceso-a-informacao/concursos-e-selecoes1/duvidas-frequentes>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Requisitos e atribuições dos cargos. Brasília, 5 mar. 2010. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreirapolicial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>. Acesso em: 1 ago. 2019

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA
TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO
ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

AULA 2

INTRODUÇÃO
SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO
BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS
OPERAÇÕES COM DRONES
CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS
AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS
A INTERNET DAS COISAS (IOT)
APLICANDO SOLUÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
APLICATIVOS MÓVEIS
PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO
CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS
DEEP LEARNING
APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA
ESTUDO DE CASOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS
PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaber, 2018.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

Planejamento é fundamental para qualquer atividade, seja ela pessoal ou organizacional. Começamos nosso dia planejando as atividades que precisamos executar, para podermos organizar nossa agenda e não perdermos nossos compromissos. Esse simples planejamento inclui determinar quais as atividades que temos para realizar naquele dia, ajustar os tempos para a realização de cada tarefa (incluindo as que não são nosso foco – como pegar ônibus, ou calcular o tempo que perdemos parados no trânsito). Temos também que pensar quais são as prioridades, definir previamente se precisamos levar algum item para atividades diferenciadas (por exemplo: para à faculdade, precisamos levar o material de estudo; para a academia temos que levar a roupa de ginástica etc.), e ainda os custos: quanto preciso levar para transporte, alimentação, entre outros.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MISSÃO
VISÃO
VALORES
OBJETIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PLANO DE AÇÃO – 5W2H
MATRIZ GUT
PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS
MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

AULA 3

INTRODUÇÃO

MATRIZ BCG
MATRIZ GE-MCKINSEY
CANVAS
BALANCED SCORECARD (BSC)

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONTROLE E VERIFICAÇÃO
EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO
VANTAGENS DE SE CONSTRUIR UM BOM PLANEJAMENTO
LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS NO PLANEJAMENTO PÚBLICO
O PERFIL DO GESTOR PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO
BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIFICULDADES DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- COMPONENTES estratégicos. Serpro – Estratégia Empresarial, 2018.
Disponível em:
<http://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/governancacorporativa/estrategia-em-presarial>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- MINAS GERAIS. Ministério Público. Missão, visão e valores. Disponível em:
<https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/missaovisao-e-valores/>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- COMPONENTES estratégicos. Serpro – Estratégia Empresarial, 2018.

DISCIPLINA:

GERENCIAMENTO DE CRISES E CONFLITOS POLICIAIS

RESUMO

É indubitável a importância do Gerenciamento de Crises Policiais e de toda a sua conseqüência doutrina às instituições de segurança pública em todo mundo e, por conseguinte, a toda comunidade protegida por estas instituições. A disciplina Gerenciamento de Crises e Conflitos Policiais traz detalhes sobre o assunto revelando sobre a necessidade de sempre buscarmos respostas mais dialogadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA
BREVE HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO MUNDO E NO BRASIL
BREVE HISTÓRICO DO GERENCIAMENTO DE CRISES NO MUNDO

DA GÊNESE DO GC NOS EUA (EM MEIO A NECESSIDADE DE AÇÕES DA SWAT)

AULA 2

INTRODUÇÃO

DO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO GC NO BRASIL

PRIMEIROS CONCEITOS DO GERENCIAMENTO DE CRISES

ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INFORMAÇÃO

UMA NOVA TIPOLOGIA DE CEC E O PONTO CRÍTICO

AULA 3

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES (PIC)

DA PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM INCIDENTES CRÍTICOS COM EXPLOSIVOS

INTERMEDIÁRIOS

CARACTERÍSTICAS DA CRISE

AULA 4

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DO GERENCIAMENTO DE CRISES

TIPOLOGIA DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS

ALTERNATIVAS TÁTICAS DO GERENCIAMENTO DE CRISES

ALTERNATIVAS TÁTICAS PARA OS BOMBEIROS

AULA 5

INTRODUÇÃO

PERÍMETROS DE SEGURANÇA

ELEMENTOS OPERACIONAIS ESSENCIAIS

NA DIMENSÃO DE UMA NEGOCIAÇÃO “DIFERENTE”

NEGOCIAÇÃO POLICIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

DOS OUTROS ELEMENTOS OPERACIONAIS ESSENCIAIS

FASES DA CONFRONTAÇÃO

DA IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE CRISES (GC) E DA CONSTANTE

ATUALIZAÇÃO DE SUA LEGISLAÇÃO E DOUTRINA

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- STORY of SWAT, The. Libero. Disponível em: <https://digilander.libero.it/PR2/SWAT/storyofswat2.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Curso de Forças Especiais. CIOpEsp, 30 abr. 2018. Disponível em: www.ciopesp.eb.mil.br. Acesso em: 23 jul. 2019.
- GWERCMAN, S. Munique, 1972. Superinteressante, 31 dez. 2005. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/munique-1972/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DISCIPLINA: GESTÃO PENITENCIÁRIA
RESUMO
<p>Tanto na sociedade quanto no sistema penitenciário, é imprescindível a ordem e disciplina para que as relações e a convivência sejam harmônicas. No sistema prisional, manter a disciplina é um desafio, considerando o atual cenário brasileiro. Nesta disciplina vamos compreender a importância da Gestão Penitenciária, como estabelecer uma relação de respeito e harmonia com todos os envolvidos neste processo.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E EXAME CRIMINOLÓGICO DA ASSISTÊNCIA DEVERES DO PRESO DIREITOS DO PRESO</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO FALTAS DISCIPLINARES GRAVES DO PROCESSO DISCIPLINAR REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO - INCONSTITUCIONALIDADE</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS DO PATRONATO E DO CONSELHO DA COMUNIDADE</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR DA CASA DO ALBERGADO E DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO E DA CADEIA PÚBLICA</p> <p>AULA 5 INTRODUÇÃO POLÍTICAS SOCIAIS E A DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESTADO NA GESTÃO PENITENCIÁRIA TIPOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS À INICIATIVA PRIVADA PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL E SUA PREVISÃO LEGAL DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENA NA GESTÃO PENITENCIÁRIA: PRÓS E CONTRA</p>

AULA 6

INTRODUÇÃO

REBELIÕES NO SISTEMA CARCERÁRIO E SUAS MOTIVAÇÕES

DA CASA DO ALBERGADO E DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO

PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DE ACORDO COM O BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRESOS

DEFICIÊNCIAS NA GESTÃO OU ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, E O NÃO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

BIBLIOGRAFIAS

- MIRABETE, J. F. Execução penal: comentários à Lei n. 7.210, de 11-7-1984. 11. ed. Revista e atualizada, 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Natureza jurídica da execução penal. In: _____. Execução penal: mesas de processo penal, doutrina, jurisprudência e súmulas. São Paulo: Max Limonad, 1987, p. 7.

DISCIPLINA:

ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE

RESUMO

Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS

A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES

A VULNERABILIDADE SOCIAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

CRIMINOLOGIA

CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO

COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL

CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 3

INTRODUÇÃO

DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA

O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS

A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE

ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL
VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL
CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II)
ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE
REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.
- ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.
- CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO

RESUMO

O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE
CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA
CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL

DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013

AULA 3

INTRODUÇÃO

O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL

CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

A PRODUÇÃO DA PROVA

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS

MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA

MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS

MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO

A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

AÇÃO CONTROLADA

INFILTRAÇÃO DE AGENTES

ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei Federal n. 12.850, de 2 de agosto de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 6 out. 2018.
- BRASIL. Lei Federal n. 8.072, de 25 de junho 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm. Acesso em: 6 out. 2018.

- BRASIL. Lei Federal n. 9.034, 3 de maio de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 maio 1995. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9034.htm. Acesso em: 6 out. 2018.

DISCIPLINA: CONTROLE SOCIAL E SEGURANÇA
RESUMO
Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL
AULA 2 INTRODUÇÃO A VIOLÊNCIA FÍSICA VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL VIOLÊNCIA SEXUAL
AULA 3 INTRODUÇÃO CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA VIOLÊNCIA URBANA VIOLÊNCIA NO CAMPO VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA
AULA 4 INTRODUÇÃO O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA A POLÍTICA DE SAÚDE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
AULA 5 INTRODUÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONTROLE SOCIAL MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE

SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL

CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.
- _____. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS

VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS

TENSÕES FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS

AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS

DIREITOS HUMANOS

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)
EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)
ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA
PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL
“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?
BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É ÉTICA?
FUNDAMENTOS DA ÉTICA
ÉTICA NA HISTÓRIA
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS
PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT
A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO
INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/>. Acesso em: 27 nov. 2018.